



ATA N.º 4/2026

_____ Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Alcanena, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, convocada por edital datado de três de junho do ano de dois mil e vinte e seis, com a Mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente:** António José Ferreira Branco; _____

_____ **Primeira Secretária:** Carolina Rosa Cláudio; _____

_____ **Segunda Secretária:** Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos, nomeada segunda secretária, para a presente sessão. _____

ORDEM DE TRABALHOS

_____ 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento) _____

_____ 2 - Ata número três/dois mil e vinte e seis, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis. (Para deliberação) _____

_____ 3 - Prestação de Contas Consolidadas – Ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 14653. (Para deliberação) _____

_____ 4 - Terceira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 14536. (Para deliberação) _____

_____ 5 - Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas do Município de Alcanena - Ano de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete. Documento referência 14208. (Para deliberação) _____

_____ 6 - Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias - Ano de dois mil e vinte e sete. Documento referência 14663. (Para deliberação) _____

_____ 7 - Relatórios de avaliação final de dois mil e vinte e cinco do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de dois mil e nove - período de um de janeiro de dois mil e vinte e cinco a trinta de abril de dois mil e vinte e cinco e um de maio de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documentos referência 10849 e 10855. (Para deliberação) _____

_____ 8 - Pedido de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 329,87m², sita na Rua Sacadura Cabral, número 271, Casais da Moreta, Freguesia de Monsanto, Concelho de Alcanena – Processo de obras número 03/2026/24/0. Documento referência 12238. (Para deliberação) _____

_____ 9 - Relatório anual da atividade da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena de dois mil e vinte e cinco, e Plano de Ação para dois mil e vinte e seis. (Para conhecimento) _____

_____ 10 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de abril de dois mil e vinte e seis a trinta e um de maio de dois mil e vinte e seis. Documento referência 13794. (Para conhecimento) _____



_____**Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberta a Sessão.** _____

Análise dos pedidos de substituição _____

1 - Pedido de substituição apresentado por Marco Bruno de Matos Serra. _____

_____**Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora Joana Catarina Oliveira Monteiro, que informou não poder comparecer.** _____

_____**Seguidamente, foi convocada a Senhora Maria João de Brito Rosa Saturino Sales, candidata seguinte na respetiva lista, não tendo a mesma comparecido à sessão. Por email datado de vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, informou que apenas teve conhecimento da convocatória pelas vinte e duas horas e dezasseis, motivo pelo qual não lhe foi possível comparecer à sessão, apresentando as suas desculpas.** _____

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

2 - Pedido de substituição apresentado por Susana Margarida Frazão Antunes. _____

_____**Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Henrique Manuel Castanheira Major, candidato seguinte na respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.**

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

3 – Pedido de substituição apresentado por Afonso Paulo Caetano Ribeiro. _____

_____**Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora Maria de Lurdes Massacote Toscano, candidata seguinte na respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.**

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

4 - Pedido de substituição apresentado por Eduardo César Pereira Clemente. _____

_____**Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Nelson Marques Marques, candidato seguinte na respetiva lista, não tendo o mesmo comparecido à sessão.** _____

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

5 - Pedido de substituição apresentado por Vanessa Maria Alegre Silva Ferreira Bernardo Louro Carlos. _____

_____**Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Alexandre José Henrique Coutinho, candidato seguinte na respetiva lista, que preencheu a vaga, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro.**

Deliberação: Tomado conhecimento. _____



_____ **6 - Email de Luís Filipe Mina Pereira Teteto, Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos**, datado de oito de junho de dois mil e vinte e seis, a informar da impossibilidade, por razões pessoais, de estar presente, e informa que será **substituído por Miguel Ângelo Moita Brites Nobre**, Secretário da Junta de Freguesia. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **Seguidamente, procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal, com o respetivo registo de presenças, verificando-se a presença de vinte e cinco (25) membros**, a saber: Verónica Maria de Feijão e Paiva, Alexandre José Henrique Coutinho, Bruno Miguel Godinho do Canto Enes, Nuno Miguel Silvério Duarte Marques, Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos, Frederico de Bettencourt Branquinho da Fonseca, António Manuel Mina Duque, Maria Judite Jorge Sacramento dos Reis Carvalho, Marisa Cristina Mota Salgueiro, Luís Miguel Martins Cândido, João António Gomes Calçada, Edite Maria Brites Louro, Filipe Cardoso Bastos, Raquel Ferreira Costa, Carolina Rosa Cláudio, Henrique Manuel Castanheira Major, Maria de Lurdes Massacote Toscano, Miguel Ângelo Moita Brites Nobre, João Carlos Santos Castanheira, Marisa Gonçalves da Silva, Andreia Paixão Graça, Eurico Frazão Justo, António José Machado da Silva, Fernando Manuel Ferreira e António José Ferreira Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ Pelas vinte e uma horas e seis minutos, o Senhor Deputado João Carlos Braga Correia Pinto tomou assento, **passando a verificar-se a presença de vinte e seis (26) membros**, tendo o mesmo participado na apreciação e votação dos pontos constantes da Ordem do Dia. _____

_____ **Faltaram os Deputados:** _____

_____ - Nelson Marques Marques _____

_____ - Maria João de Brito Rosa Saturino Sales _____

_____ **Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques _____

_____ - Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ - Maria Clara Moreira Duarte Baptista _____

_____ - Samuel Marques Frazão _____

_____ - Maria Gorete Gonçalves Santos _____

_____ - Tiago Filipe Salgueiro Ancião _____

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia, pelas vinte horas e cinquenta e seis minutos, lembrou que, conforme o artigo septuagésimo nono do Regimento desta Assembleia, há dois períodos para intervenção do público, sobre assuntos de interesse público relacionados com o Município.** _____

_____ A munícipe **Maria de Lurdes Matafome** usou da palavra para manifestar o profundo desagrado e preocupação dos moradores relativamente à instalação e funcionamento de um ginásio



numa zona habitacional, na Rua Dr. Manuel de Arriaga (Arneiros), em Alcanena, referindo que, desde a sua abertura, há cerca de dois meses, a qualidade de vida dos residentes se deteriorou significativamente.

_____ Explicou que os principais constrangimentos se prendem com o estacionamento e com o ruído. Relativamente ao estacionamento, referiu que os utilizadores do ginásio ocupam frequentemente os passeios e estacionam em frente a portões, garagens e acessos às habitações, dificultando ou impedindo a entrada e saída dos moradores e obrigando peões, designadamente idosos e crianças, a circular pela faixa de rodagem. Quanto ao ruído, afirmou que o mesmo é constante ao longo do dia, entre as sete horas e as vinte e uma horas e trinta minutos, sendo audíveis, a partir das habitações vizinhas, a música ambiente, as aulas, a utilização dos equipamentos e as manifestações dos utilizadores, situação que, no seu entender, compromete o direito ao descanso e ao normal usufruto das habitações. _____

_____ Informou que os moradores apresentaram diversas reclamações junto da Câmara Municipal e da GNR – Guarda Nacional Republicana, acompanhadas de registos fotográficos e outros elementos comprovativos, considerando, porém, que as respostas obtidas têm sido insuficientes e que os problemas persistem diariamente. Acrescentou que a Câmara Municipal foi alertada para os potenciais impactos da instalação daquele estabelecimento, quer antes, quer após a sua abertura, sem que, no seu entendimento, tivessem sido adotadas medidas preventivas ou corretivas eficazes. _____

_____ Questionou, por isso, que estudos ou avaliações foram realizados antes da autorização desta atividade. Que medidas concretas estão previstas para resolver os problemas de estacionamento. Como pretende a Câmara garantir o cumprimento das regras relativas ao ruído. Que resposta dá aos moradores que perderam qualidade de vida devido a uma decisão que não acautelou devidamente o interesse público e o bem-estar da população. Salientou que os residentes não contestam a existência da atividade económica nem a prática desportiva, mas sim a ausência de planeamento, fiscalização e de medidas que permitam compatibilizar o funcionamento do ginásio com a natureza habitacional da zona. _____

_____ Acrescentou ainda que o seu marido havia reunido anteriormente com o Senhor Presidente da Câmara para expor estas preocupações, tendo-lhes sido transmitido que os pilaretes existentes no local não seriam removidos. Recordou igualmente que o Município tinha conhecimento das condições do imóvel e dos antecedentes relacionados com a sua legalização, motivo pelo qual manifestou incompreensão quanto ao facto de o estabelecimento ter sido autorizado a iniciar atividade sem que as questões agora identificadas tivessem sido previamente acauteladas, afirmando que os moradores vivem, há cerca de dois meses, uma situação que classificou como insustentável. _____

_____ O munícipe **Alberto Brites** associou-se às preocupações manifestadas, referindo que reside nas proximidades do ginásio e que o ruído é perceptível desde as primeiras horas da manhã. Questionou ainda se o edifício dispõe das condições de isolamento acústico legalmente exigidas e de que forma será salvaguardado o estacionamento dos moradores, atendendo à ocupação sistemática dos lugares existentes pelos utilizadores do estabelecimento. _____



_____ Usando novamente da palavra, a munícipe **Maria de Lurdes Matafome** referiu que, no seu entendimento, a cobertura do edifício não dispõe de isolamento acústico eficaz, reiterando a necessidade de serem encontradas soluções que garantam o estacionamento dos residentes. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara** começou por referir que importa distinguir as diferentes questões suscitadas, esclarecendo que a atuação do Executivo Municipal em matéria de operações urbanísticas se rege pelo estrito cumprimento da lei e pelas informações técnicas produzidas pelos serviços municipais. Salientou que os despachos proferidos pelo Presidente da Câmara e pelo Senhor Vice-Presidente, responsável pelo pelouro das obras particulares, assentam sempre nas informações técnicas e no enquadramento legal aplicável. _____

_____ Esclareceu que, de acordo com a informação de que dispõe, o estabelecimento em causa se encontra licenciado nos termos da legislação em vigor, sendo a respetiva localização compatível com o Plano Diretor Municipal. Referiu que este instrumento de gestão territorial, aprovado em momento anterior ao exercício das suas funções como Presidente da Câmara, constitui o enquadramento legal que vincula a atuação do Município, não sendo possível ao Executivo afastar-se das normas nele previstas. Reconheceu, contudo, que poderá discutir-se se aquele será o local mais adequado para a instalação de um equipamento com aquelas características, mas sublinhou que tal juízo não pode prevalecer sobre o cumprimento da legislação em vigor. _____

_____ Relativamente às questões relacionadas com o ruído, afirmou não ter conhecimento prévio da situação descrita pelos munícipes, considerando tratar-se de uma matéria distinta da do licenciamento urbanístico. Informou que será promovida uma reapreciação do processo, designadamente do projeto acústico apresentado pelo promotor, elaborado por técnico habilitado, a fim de verificar se as soluções executadas cumprem efetivamente os requisitos legais. Esclareceu que, caso se venha a concluir pela existência de qualquer desconformidade, a Câmara Municipal exigirá ao proprietário a adoção das medidas necessárias à reposição da legalidade. _____

_____ No que respeita ao estacionamento, informou que, de acordo com os parâmetros previstos no Plano Diretor Municipal, foram exigidos ao promotor dezasseis lugares de estacionamento, tendo este adquirido ou arrendado um terreno contíguo para esse efeito. Reconheceu, contudo, que se verificam situações de estacionamento desordenado na via pública, nem sempre sendo utilizados os lugares existentes no parque criado para servir o estabelecimento. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que, precisamente em virtude das dificuldades identificadas, a Câmara Municipal aprovou, na reunião realizada nesse mesmo dia, um plano de ordenamento do espaço público para aquela zona, contemplando a marcação de passadeiras, a delimitação dos lugares de estacionamento, a criação de corredores pedonais, a pintura de sinalização



horizontal e outras medidas destinadas a disciplinar a circulação automóvel e pedonal, prevendo-se que os respetivos trabalhos se iniciassem ainda durante essa semana. _____

_____ De seguida, o munícipe **António Pedro Matafome** questionou o número de lugares de estacionamento efetivamente existentes, afirmando que o parque não dispõe dos dezasseis lugares referidos pelo Senhor Presidente da Câmara e perguntando de que forma foi possível proceder ao licenciamento do estabelecimento nessas condições. _____

_____ Usando novamente da palavra, a munícipe **Maria de Lurdes Matafome** referiu que, para além dos problemas de estacionamento e do ruído, os moradores são frequentemente alvo de atitudes de falta de civismo por parte de alguns utilizadores do ginásio, relatando que, sempre que chamam a atenção para veículos estacionados em frente às suas habitações, são confrontados com respostas desrespeitosas. Questionou ainda por que razão as intervenções de ordenamento do espaço público apenas estão agora a ser promovidas, quando, no seu entender, deveriam ter sido executadas antes da abertura do estabelecimento. _____

_____ Acrescentou que continua por esclarecer de que forma serão salvaguardados os lugares de estacionamento dos moradores, alguns dos quais não dispõem de estacionamento privado, recordando igualmente que os vasos, árvores e pinos anteriormente existentes no local, colocados no tempo do Presidente Carlos Cunha, foram removidos, apesar de, segundo afirmou, o Senhor Presidente da Câmara lhes ter garantido, numa reunião anterior, que os pinos não seriam retirados. _____

_____ O munícipe **António Pedro Matafome** confirmou a existência dessa reunião, referindo que os pinos haviam sido colocados precisamente para impedir o estacionamento dos veículos junto às fachadas das habitações. _____

_____ A munícipe **Maria de Lurdes Matafome** acrescentou que a proximidade dos veículos às habitações dificulta inclusivamente a realização de pequenas intervenções de manutenção, bem como o acesso aos contadores instalados no exterior das casas. _____

_____ O munícipe **António Pedro Matafome** relatou ainda diversas situações em que foi obrigado a solicitar a intervenção da GNR – Guarda Nacional Republicana por não conseguir entrar na sua garagem devido ao estacionamento abusivo de outros veículos, referindo igualmente um episódio em que os moradores aguardaram cerca de cinquenta e cinco minutos pela remoção de um automóvel para poderem prestar auxílio a um familiar de noventa anos que havia sofrido uma queda. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** começou por distinguir as situações decorrentes da falta de civismo dos utilizadores daquelas que se prendem com o ordenamento do espaço público, salientando que comportamentos individuais de estacionamento abusivo não podem ser resolvidos exclusivamente pelo Presidente da Câmara, dependendo também da atuação das entidades fiscalizadoras e do cumprimento das regras de convivência por parte dos cidadãos. _____

_____ Relativamente ao ordenamento da via pública, reconheceu que poderá entender-se que algumas das intervenções agora previstas deveriam ter sido acauteladas mais cedo, mas recordou que o



Município gere um elevado número de processos de licenciamento, procurando assegurar respostas céleres aos cidadãos e aos investidores, sempre no respeito pelas normas legais aplicáveis. Reiterou, contudo, que o processo será novamente analisado pelos serviços municipais, por forma a confirmar o integral cumprimento da legislação. _____

_____ Referiu ainda que não aceita situações em que os veículos impeçam a circulação pedonal ou o acesso às habitações, salientando que os passeios devem garantir condições de acessibilidade e segurança, podendo, caso se revele necessário, ser complementados com a colocação de pinos ou outros elementos físicos destinados a impedir o estacionamento indevido. _____

_____ No que respeita à possibilidade de reservar lugares de estacionamento para os moradores, esclareceu que, por regra, o espaço público não confere direitos exclusivos de estacionamento aos residentes. Ainda assim, admitiu que essa possibilidade poderá ser analisada, à semelhança do que sucede noutros municípios, dependendo, contudo, da apreciação das entidades competentes, designadamente da Comissão de Trânsito, comprometendo-se a promover essa análise e a avaliar eventuais soluções que permitam minimizar os constrangimentos existentes. _____

_____ Relativamente às questões relacionadas com o ruído, reiterou que será promovida a verificação do cumprimento do projeto acústico e da legislação aplicável, salientando que, caso se confirme qualquer incumprimento, serão exigidas ao proprietário as medidas corretivas necessárias.

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia**, considerando suficientemente debatida a matéria, sintetizou os compromissos assumidos pelo Executivo Municipal, designadamente a implementação das medidas de ordenamento do estacionamento e da circulação pedonal, a reapreciação das condições acústicas do estabelecimento e a análise da situação do estacionamento dos moradores. _____

_____ Ainda no uso da palavra, o munícipe **António Pedro Matafome** manifestou a sua preocupação com a demora na concretização das medidas anunciadas, recordando que havia sido informado pelo Senhor Vereador Gabriel Feitor, algumas semanas antes, de que os trabalhos de sinalização seriam executados em breve, sem que tal tivesse ainda acontecido. _____

_____ Por sua vez, a munícipe **Maria de Lurdes Matafome** voltou a questionar a razão pela qual o estabelecimento foi autorizado a iniciar atividade antes de estarem asseguradas as necessárias condições de estacionamento e de ordenamento do espaço envolvente, referindo que, no caso de outros estabelecimentos comerciais, essas infraestruturas são normalmente exigidas antes da respetiva abertura. _____

_____ Concluiu reiterando que os moradores têm demonstrado grande tolerância ao longo dos últimos dois meses, mas que o ruído e os problemas de estacionamento continuam a afetar diariamente a sua qualidade de vida, apelando à adoção de soluções rápidas e eficazes para repor condições adequadas de tranquilidade, segurança e acessibilidade naquela zona habitacional. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Leitura resumida do expediente



_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento, de forma resumida, do expediente recebido. Preendeu-se, essencialmente, com convites vários e os pedidos de substituições para a presente sessão. _____

_____ **b) Pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e à resposta a questões anteriormente colocadas pelo público.** _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

_____ **c) Resposta às questões anteriormente colocadas pelos Membros, sempre que as mesmas não tenham sido esclarecidas quando enunciadas ou, posteriormente, por escrito.** _____

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

_____ **d) Tratamento e apreciação pelos membros da Assembleia Municipal de assuntos de interesse público relevantes para o Município.** _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** questionou os Senhores Deputados Municipais presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia. _____

_____ Usou da palavra o **Senhor Deputado Henrique Major**, informando que pretendia apresentar dois requerimentos ao Executivo Municipal, com o seguinte teor: _____

_____ **1 – “REQUERIMENTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL - Pedido de Esclarecimentos sobre o Parque Eólico Chão Falcão III – Freguesia de Minde.** _____

_____ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena _____

_____ Ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa, designadamente dos princípios da prossecução do interesse público, da boa administração, da transparência e da prestação de contas, bem como da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em particular das competências de acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal atribuídas à Assembleia Municipal, e ainda nos termos da alínea d) número um do Artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal de Alcanena, vem o Deputado Municipal abaixo-assinado apresentar o presente Requerimento ao Executivo Municipal. _____

_____ O Parque Eólico Chão Falcão III constitui uma das mais relevantes infraestruturas de produção de energia renovável existentes no concelho de Alcanena, representando um importante aproveitamento dos recursos naturais do território e uma fonte de receitas associadas à sua exploração. Considerando que, ao longo da sua exploração, o parque foi objeto de sucessivos reforços da capacidade instalada através da instalação de novos aerogeradores; _____

_____ Considerando a importância estratégica desta infraestrutura para o desenvolvimento do concelho e, em particular, da freguesia de Minde; _____

_____ Considerando que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade



municipal, promovendo a transparência da gestão pública e a adequada prestação de contas; _____

_____ Requer-se ao Executivo Municipal que preste os seguintes esclarecimentos: _____

_____ I – Enquadramento contratual _____

_____ 1. Qual o protocolo, contrato, concessão ou outro instrumento jurídico atualmente em vigor entre o Município de Alcanena e a entidade proprietária ou exploradora do Parque Eólico Chão Falcão III?

_____ 2. Na sequência do reforço da potência instalada e da implantação de novos aerogeradores, foram celebrados aditamentos, revisões ou renegociações das condições inicialmente acordadas? _____

_____ II – Receitas municipais _____

_____ 3. Qual o montante global das receitas auferidas pelo Município desde o início da exploração do parque até à presente data? _____

_____ 4. Qual a evolução anual dessas receitas? _____

_____ 5. Em que rubricas orçamentais e contabilísticas são registadas essas receitas? _____

_____ 6. Quais os critérios adotados pelo Município para a aplicação dessas verbas? _____

_____ III – Benefícios para a freguesia de Minde _____

_____ 7. Que investimentos, obras públicas, equipamentos ou projetos foram concretizados na freguesia de Minde com recurso direto ou indireto às receitas provenientes da exploração do Parque Eólico? _____

_____ 8. Existe algum mecanismo específico de compensação territorial destinado à freguesia onde se encontra instalada esta infraestrutura? _____

_____ IV – Avaliação económica e perspetivas futuras _____

_____ 9. Qual o prazo de vigência do acordo atualmente existente? _____

_____ 10. Encontram-se em curso negociações, estudos ou contactos tendo em vista a renovação, revisão ou redefinição das condições de exploração? _____

_____ 11. O Município dispõe de estudos económicos ou pareceres técnicos que avaliem a adequação das contrapartidas atualmente recebidas relativamente ao valor económico produzido pelo Parque Eólico? _____

_____ 12. Quais os objetivos estratégicos que o Município pretende defender numa eventual futura negociação, designadamente quanto às contrapartidas económicas para o concelho e para a freguesia de Minde? _____

_____ Requer-se ainda: _____

_____ Que as respostas sejam remetidas por escrito a todos os membros da Assembleia Municipal.

_____ Que, sempre que legalmente admissível e sem prejuízo das limitações decorrentes de normas de confidencialidade legalmente aplicáveis, sejam igualmente facultadas cópias dos documentos administrativos que fundamentem as respostas prestadas, designadamente: _____

_____ Protocolos; _____

_____ Contractos; _____



_____ Aditamentos; _____
_____ Deliberações; _____
_____ Pareceres; _____
_____ Estudos técnicos; _____
_____ Outros documentos relevantes. _____

_____ O presente requerimento visa exclusivamente permitir à Assembleia Municipal exercer plenamente as competências de fiscalização democrática da atividade municipal que lhe são legalmente atribuídas, contribuindo para uma gestão pública transparente, responsável e orientada para a defesa do interesse público. _____

_____ Nestes termos, requer-se que o presente Requerimento seja admitido pela Mesa da Assembleia Municipal, remetido ao Executivo Municipal para resposta escrita e distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. _____

_____ Alcanena, vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, O Deputado Municipal / PS – Partido Socialista, Henrique Major.” _____

2 - “REQUERIMENTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL - Planeamento Municipal para a Instalação de Centrais Fotovoltaicas. _____

_____ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena. _____

_____ Ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa, designadamente dos princípios da prossecução do interesse público, da boa administração, da transparência e da prestação de contas, bem como da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em particular das competências de acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal atribuídas à Assembleia Municipal, e ainda nos termos da alínea d) número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal de Alcanena, vem o Deputado Municipal abaixo assinado apresentar o presente Requerimento ao Executivo Municipal. _____

_____ Tem sido público o crescente interesse de promotores privados na instalação de centrais fotovoltaicas de grande dimensão no concelho de Alcanena, designadamente através da celebração de contractos de arrendamento de terrenos na freguesia de Minde. _____

_____ Atendendo aos impactos que projetos desta natureza podem produzir no ordenamento do território, na paisagem, na atividade agrícola, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações, considera-se essencial conhecer qual a estratégia municipal relativamente ao desenvolvimento destas infraestruturas. _____

_____ Assim, requer-se ao Executivo Municipal que esclareça: _____

_____ 1. Tem o Município conhecimento da existência de intenções, estudos prévios, manifestações de interesse, pedidos de informação prévia (PIP), pareceres ou quaisquer outros procedimentos administrativos relacionados com a instalação de centrais fotovoltaicas na freguesia de Minde ou no



concelho? _____

_____ 2. O Plano Diretor Municipal ou outros instrumentos de gestão territorial estabelecem atualmente critérios específicos relativamente à instalação deste tipo de infraestruturas? _____

_____ 3. Está prevista a elaboração de algum instrumento municipal que identifique: _____

_____ Áreas compatíveis; _____

_____ Áreas condicionadas; _____

_____ Áreas excluídas da instalação de centrais fotovoltaicas? _____

_____ 4. Considera o Executivo Municipal pertinente promover a elaboração de uma Carta Municipal de Ordenamento para Energias Renováveis, permitindo maior previsibilidade para proprietários, investidores e população? _____

_____ 5. Está prevista a elaboração de algum regulamento municipal ou documento estratégico especificamente dedicado à implantação de grandes projetos de energias renováveis? _____

_____ 6. Que mecanismos pretendem o Município adotar para assegurar que eventuais projetos desta natureza produzam benefícios efetivos para o concelho, respeitem o ordenamento do território e salvaguardem os interesses das populações? _____

_____ Requer-se igualmente: _____

_____ Que as respostas sejam remetidas por escrito a todos os membros da Assembleia Municipal.

_____ O presente requerimento pretende contribuir para um debate informado e transparente sobre uma matéria de elevada relevância económica, ambiental e territorial para o futuro do concelho de Alcanena, permitindo à Assembleia Municipal exercer cabalmente as suas competências de acompanhamento e fiscalização da atividade municipal. _____

_____ Nestes termos, requer-se a admissão do presente Requerimento e a sua remessa ao Executivo Municipal para resposta escrita. _____

_____ Alcanena, vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, O Deputado Municipal / PS – Partido Socialista, Henrique Major.” _____

_____ Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Deputado Filipe Bastos**. Levantou uma questão sobre o tráfego de pesados, recordando uma apresentação e discussão, na anterior sessão da Assembleia Municipal, sobre o PERU – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, onde a Rua 24 de junho em Vila Moreira foi sugerida como arruamento local, e não como “via principal”. Questionou se estaria a ser estudada uma alternativa para resolver aquela questão. _____

_____ A **Senhora Deputada Raquel Costa**, relatou uma queixa sobre uma situação verificada relativamente à alimentação escolar, informada pela educadora da sua filha. O incidente envolveu uma refeição servida ao almoço, que consistiu em apenas dois douradinhos por criança. _____

_____ Uma criança, ainda com fome, pediu para repetir e o pedido foi negado, com a justificação de que o contrato estipulava aquela quantidade sem possibilidade de repetição, salientando que o problema afetava crianças tanto no pré-escolar como no primeiro ciclo, que chegam a casa com fome.



Questionou a base para esta política alimentar e informou ter conhecimento que foi enviado uma comunicação sobre o assunto à vereadora responsável. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que este procedesse aos esclarecimentos relativamente às questões suscitadas pelos Senhores Deputados Municipais. _____

_____ Relativamente às preocupações colocadas pelo Senhor Deputado Filipe Bastos, o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu extensivamente, afirmando que o problema do tráfego é uma preocupação partilhada. Mencionou o elevado número de veículos pesados (mais de duzentos e cinquenta carros) a passar em Alcanena e Vila Moreira, em vias sem perfil para tal. _____

_____ Informou que o município está a avançar com um estudo prévio para uma via circular, ligando a rotunda da Renault à de Vila Moreira, para ganhar força negocial junto do governo central. Este projeto não é uma obrigação legal do município, mas é visto como essencial para desbloquear a situação. Informou ainda que o custo total do projeto está estimado entre dez e doze milhões de euros, com um viaduto sobre o Ribeiro do Carvalho a custar entre dois e três milhões de euros, transmitindo que o município não tem capacidade financeira para a obra e que a solução passa por obter financiamento da administração central. _____

_____ Referiu que se queria fazer o estudo prévio e o estudo de tráfego, cujos dados já foram pedidos à Infraestruturas de Portugal. Informou ainda que está agendada uma reunião e que se está a preparar orçamentar o estudo prévio. O objetivo é demonstrar a gravidade da situação ao Senhor Ministro, focando não só na quantidade, mas no tipo de tráfego pesado (transporte de pedras das Serras e suínos).

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** reiterou o empenho do atual Executivo na resolução do problema em causa, salientando que este não foi devidamente assumido por executivos anteriores. A este propósito, referiu a resolução da situação da Curva do Miradouro em Alcanena, que, segundo afirmou, aguardava solução há cerca de quarenta anos e que foi resolvida pelo atual Executivo no prazo de dois anos, apontando este caso como um exemplo da sua capacidade de intervenção e eficácia. _____

_____ Concluiu, informando que, caso não seja assegurado financiamento por parte da Administração Central para a realização da referida obra, a Câmara Municipal não avançará com a mesma, por não dispor de dotação orçamental suficiente para suportar o respetivo investimento. _____

_____ Quanto às questões suscitadas nos requerimentos apresentados pelo Senhor Deputado Henrique Major, o **Senhor Presidente da Câmara** informou que ambos seriam objeto de resposta por escrito. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** informou, ainda, que, por sua proposta, o Instituto Politécnico de Tomar se encontra a realizar uma avaliação relativa ao licenciamento de centrais fotovoltaicas e de parques eólicos na região do Médio Tejo. _____

_____ Relativamente à situação colocada pela Senhora Deputada Raquel Costa e antes de solicitar a intervenção da Senhora Vereadora Clara Baptista, o **Senhor Presidente da Câmara** informou que,



naquela data, em Reunião de Câmara, foi aprovada a abertura do procedimento de consulta pública do Projeto de Regulamento do Fornecimento dos Refeitórios Escolares do Município de Alcanena, aproveitando para solicitar a participação de todos os interessados no respetivo processo de consulta pública. _____

_____ Seguidamente, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** respondeu detalhadamente à questão colocada pela Senhora Deputada Raquel Costa, informando que, desde o início do mandato do atual Executivo, a melhoria das condições dos refeitórios escolares e, sobretudo, da qualidade das refeições fornecidas às crianças, tem constituído uma preocupação e uma prioridade. Referiu que, apesar de se encontrar em vigor um contrato com uma empresa fornecedora, têm sido desenvolvidas diversas diligências com o objetivo de melhorar as condições existentes, em articulação com as entidades envolvidas. _____

_____ Neste contexto, destacou o trabalho desenvolvido em parceria com a Associação de Pais de Minde, que, desde o início, transmitiu as suas preocupações e o seu desagrado relativamente à qualidade das refeições. Referiu que foi definida uma estratégia conjunta, que tem vindo a ser implementada ao longo dos últimos meses, com resultados que considerou positivos. _____

_____ Entre as medidas adotadas, salientou a supervisão das ementas pela nutricionista do Município, sendo estas elaboradas com uma antecedência de oito semanas e posteriormente acompanhadas pelos serviços municipais. Referiu, ainda, que foi alterada a receita da sopa, com o objetivo de melhorar a sua aceitação por parte das crianças, verificando-se atualmente situações em que as mesmas repetem a sopa. Acrescentou que, para além das reclamações inicialmente recebidas, o Município tem também recebido manifestações de satisfação relativamente à qualidade da sopa. _____

_____ Informou, igualmente, que, semanalmente, um representante dos pais acompanha uma refeição, tendo o Executivo Municipal e os técnicos da área da educação adotado também o procedimento de uma vez por semana, realizarem uma refeição num dos refeitórios escolares, sem que previamente seja divulgado qual o estabelecimento, de forma a poderem avaliar diretamente a qualidade e as condições das refeições que são servidas às crianças. _____

_____ Esclareceu que são fornecidas cerca de novecentas refeições diariamente e considerou que a qualidade das mesmas tem melhorado significativamente, dentro dos parâmetros estabelecidos. Referiu, ainda, que tem procurado responder às questões e reclamações apresentadas pelos pais. _____

_____ Relativamente à situação relacionada com o fornecimento de douradinhos, informou ter recebido, há cerca de três semanas, dois e-mails de encarregados de educação, na sequência de uma situação ocorrida num estabelecimento de ensino, tendo solicitado de imediato à empresa um relatório sobre o sucedido. Explicou que, desde um de junho, o Município se encontra sem a sua nutricionista, por motivo de licença de maternidade, tendo, entretanto, sido aberto um procedimento concursal, aprovado em reunião de Câmara, para a contratação, a termo certo, de um profissional que assegure a sua substituição durante o período de ausência. Referiu que o procedimento se encontra em curso,



aguardando-se a respetiva conclusão. _____

_____A Senhora Vereadora esclareceu que o cálculo das quantidades das refeições se encontra efetuado com base nas tabelas de capitação das refeições da Direção-Geral da Saúde, que estabelecem as quantidades adequadas em função da idade das crianças. No caso dos douradinhos, explicou que, para as crianças do pré-escolar, a quantidade corresponde a três unidades quando se trate do douradinho comercial, com cerca de vinte e cinco gramas cada, ou, tratando-se de produto de confeção industrial, a uma quantidade equivalente a sessenta gramas, incluindo o panado. _____

_____Relativamente à ocorrência em causa, informou que, no dia em questão, se encontrava no estabelecimento uma representante da empresa, que procedia a uma auditoria, tendo ocorrido um mal-entendido entre esta e a educadora, o que esteve na origem da reclamação apresentada. Referiu que dispõe do relatório elaborado pela educadora e das duas comunicações apresentadas pelas mães, salientando que estas tiveram por base a perceção transmitida pela própria educadora relativamente à quantidade de pescado servida, e não reclamações diretamente apresentadas pelas crianças. _____

_____Acrescentou que a técnica da empresa responsável pela distribuição das refeições assegurou que os dois douradinhos fornecidos às crianças do pré-escolar se encontravam dentro das quantidades previstas nas tabelas de capitação. Contudo, referiu que o Município aguarda a entrada em funções da nutricionista que irá substituir a titular, de modo a poder dispor da necessária avaliação técnica relativamente à situação. _____

_____A Senhora Vereadora procurou, assim, tranquilizar os membros da Assembleia Municipal, reiterando que o Executivo tem acompanhado de perto a qualidade das refeições e que, nas refeições acompanhadas semanalmente pelos responsáveis municipais, a qualidade da alimentação tem sido considerada globalmente boa, embora reconhecendo que a apreciação possa variar de acordo com as ementas. Sublinhou, igualmente, que deve ser tido em consideração o valor atualmente pago por cada refeição. _____

_____Informou, ainda, que será lançado um novo procedimento concursal para o fornecimento das refeições no próximo ano letivo, sendo expectável uma alteração do preço-base, atendendo aos valores atualmente praticados e ao enquadramento definido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT). Reiterou, contudo, que se trata de um procedimento de contratação pública e que o Município se encontra atento e em permanente monitorização da qualidade das refeições. _____

_____A Senhora Vereadora abordou, igualmente, a questão da gestão do número de refeições e da repetição das mesmas, esclarecendo que a possibilidade de repetição não se encontra expressamente prevista no contrato, embora seja disponibilizada comida em quantidade superior ao número de refeições contratadas, precisamente para fazer face a situações excecionais. _____

_____A este propósito, relatou uma situação ocorrida recentemente numa das escolas do Agrupamento, em que mais de cinquenta crianças compareceram para almoçar sem que as respetivas refeições tivessem sido previamente inscritas pelos encarregados de educação. Considerou tratar-se de



uma situação particularmente preocupante, atendendo ao número elevado de crianças envolvidas e à capacidade limitada de resposta dos refeitórios e dos próprios estabelecimentos de ensino. _____

_____ Esclareceu que situações pontuais de esquecimento ou de falta de saldo podem ocorrer e que, nessas circunstâncias, os serviços procuram assegurar uma resposta, mas que situações em que dezenas de crianças comparecem simultaneamente sem inscrição prévia ultrapassam a capacidade de resposta prevista. Sublinhou que, não obstante, existe uma orientação clara de que nenhuma criança deve sair do estabelecimento sem comer, podendo, em situações de insuficiência da refeição completa, ser disponibilizados outros alimentos, designadamente fruta, leite escolar ou uma sandes. _____

_____ Neste contexto, explicou que o Município pretende estabelecer algumas regras através do novo Regulamento do Fornecimento dos Refeitórios Escolares, que será enviado para consulta pública, permitindo a todos os interessados pronunciar-se sobre o respetivo conteúdo. Referiu que serão adotadas medidas semelhantes às existentes noutros municípios e que, em situações reiteradas de crianças que compareçam para almoçar sem refeição previamente inscrita, poderá ser efetuada uma comunicação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, por forma a salvaguardar o superior interesse das crianças e face à incapacidade dos serviços para assegurar, de forma sistemática, refeições não previstas. ____

_____ A Senhora Vereadora reforçou que o Município assegura refeições em quantidade superior ao número contratado, referindo, a título exemplificativo, que, quando são contratadas duzentas refeições, a empresa fornece cerca de duzentas e vinte, precisamente para fazer face a situações de emergência. Contudo, salientou que, perante uma afluência significativamente superior, como a verificada na situação anteriormente descrita, não é possível garantir a refeição completa a todas as crianças. _____

_____ Esclareceu, ainda, que a distribuição das refeições não é efetuada através de doses individuais pré-embaladas, sendo realizada em tabuleiros, o que permite às funcionárias, que conhecem as crianças e os seus hábitos alimentares, ajustar a quantidade servida em função das necessidades de cada uma, evitando também o desperdício alimentar. Sublinhou que as crianças devidamente inscritas têm sempre prioridade na distribuição da refeição e que, existindo quantidade excedente, esta é utilizada para responder às necessidades adicionais. _____

_____ Referiu, igualmente, algumas medidas que têm vindo a ser adotadas para minimizar o desperdício alimentar, nomeadamente a conservação em frio da fruta que sobra das refeições, para posterior disponibilização, e outras soluções de reaproveitamento que o Município pretende implementar.

_____ Informou, ainda, que a Fundação Mendes Gonçalves se constitui como parceira no âmbito do novo Regulamento, designadamente na definição de orientações relacionadas com o combate ao desperdício alimentar e com o eventual aproveitamento de excedentes para disponibilização a pessoas que deles necessitem, de forma reservada e adequada. _____

_____ A Senhora Vereadora concluiu reiterando que o Executivo Municipal se encontra atento à qualidade da alimentação fornecida nos refeitórios escolares e que esta constitui uma matéria de particular importância, apelando à colaboração de todos, nomeadamente dos encarregados de educação, no



cumprimento das regras de inscrição das refeições e na sensibilização da comunidade escolar para esta questão. _____

Na sequência da intervenção da **Senhora Deputada Raquel Costa**, que considerou que, não estando prevista contratualmente a repetição das refeições, deveria igualmente existir uma atenção especial à forma como é contabilizada e distribuída a alimentação pelas crianças, em função das suas necessidades, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que o cálculo das quantidades é efetuado com base em critérios técnicos e nas tabelas de capitação da Direção-Geral da Saúde, e não numa avaliação subjetiva sobre o que constitui uma quantidade suficiente de comida. _____

Explicou que as necessidades alimentares variam de criança para criança e que as funcionárias dos refeitórios, bem como as educadoras e professoras que acompanham as refeições, possuem um conhecimento próximo das crianças, permitindo-lhes ajustar a quantidade servida, designadamente em função do apetite ou da quantidade que habitualmente deixam no prato. Salientou que esta gestão permite evitar desperdícios e adequar a distribuição às necessidades individuais. _____

Referiu que existe sempre uma quantidade adicional de refeições destinada a situações excecionais, incluindo crianças que não tenham efetuado a inscrição da refeição, bem como para permitir, quando possível, que uma criança possa repetir determinado componente da refeição, como a sopa ou a fruta. Contudo, reiterou que a capacidade de resposta fica comprometida quando se verifica um número muito elevado de crianças não inscritas a comparecer simultaneamente para almoçar. _____

Interveio a **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Moitas Venda, Marisa Silva**, que referiu exercer também funções de representante dos pais em duas escolas diferentes, tendo conhecimento de situações frequentes em que as crianças comparecem sem que a respetiva refeição tenha sido previamente marcada, bem como de situações inversas, em que a refeição foi marcada, mas a criança acaba por não comparecer. _____

Salientou que, nos estabelecimentos de menor dimensão, estas situações são mais fáceis de gerir, garantindo-se que nenhuma criança fica sem comer, embora, quando a refeição não se encontra previamente marcada, possa verificar-se uma redução da quantidade disponível para as restantes crianças. Referiu que, em algumas situações, os encarregados de educação são contactados e solicitados a ir buscar a criança para almoçar fora do estabelecimento, reconhecendo, contudo, que esta também não constitui uma solução adequada. Defendeu, por isso, a necessidade de responsabilizar e sensibilizar os pais para a correta marcação das refeições. _____

Relativamente às situações de problemas gastrointestinais que se verificaram, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que se verificou um período em que foram comunicados casos de diarreia, salientando que as infeções virais são frequentes e podem ocorrer independentemente da alimentação fornecida nos refeitórios escolares. _____

Informou que, num universo de cerca de novecentas refeições diárias, recebeu três comunicações de encarregados de educação relativas a situações de desarranjos intestinais, tendo sido



estabelecida, pelos próprios, uma relação direta com as refeições escolares. Sublinhou, contudo, que não é possível estabelecer, apenas com base nessas ocorrências, uma relação de causa e efeito entre os sintomas e a alimentação servida. _____

_____ Acrescentou que algumas das crianças que apresentaram esses sintomas frequentavam também atividades de tempos livres (ATL), onde não consumiam a refeição fornecida pela empresa responsável pelos refeitórios escolares, tendo igualmente sido registados casos de diarreia, o que reforça a possibilidade de se tratar de situações de origem viral. _____

_____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** interveio para referir que, durante o ano letivo anterior, havia sido bastante crítica relativamente à qualidade das refeições escolares, mas que o feedback que tem recebido no presente ano letivo é bastante positivo. _____

_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista** concluiu afirmando que o Executivo Municipal tem procurado fazer o melhor possível dentro dos recursos e das condições existentes. _____

_____ **e) Emissão de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar e de moções e apreciação de recomendações e de resoluções, apresentadas nos termos do presente Regimento, sem prejuízo de poderem ser incluídos no período da ordem do dia.** _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Deputada Verónica Paiva**, em representação da Bancada do Partido Socialista, que apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de José Eduardo Salgueiro Rodrigues. _____

_____ Perante tal proposta, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a sua integração na presente sessão, com a seguinte redação: _____

_____ “A bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Alcanena delibere sobre a emissão de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Eduardo Salgueiro Rodrigues, ocorrido no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis. _____

_____ José Eduardo Salgueiro Rodrigues desempenhou as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Alcanena nos mandatos de mil novecentos e noventa e três – mil novecentos e noventa e sete e mil novecentos e noventa e sete – dois mil e um, tendo exercido essas responsabilidades com elevado sentido de dever, dedicação e empenho em prol da sua freguesia e do concelho. _____

_____ Ao longo do seu percurso público, dedicou-se ao serviço da comunidade, deixando uma marca de proximidade, disponibilidade e compromisso com os cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento e valorização da freguesia de Alcanena. _____

_____ O seu desaparecimento representa uma perda para todos aqueles que com ele privaram e trabalharam, bem como para a comunidade que serviu com dedicação ao longo dos anos. _____

_____ Propomos neste sentido que a assembleia delibere sobre: _____

_____ - Aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Eduardo Salgueiro Rodrigues

_____ - Expressar as mais sentidas condolências à sua família e amigos; _____

_____ - Guardar um minuto de silêncio em sua memória; _____



_____ - Dar conhecimento do presente voto à família enlutada. _____

_____ Com os melhores cumprimentos, Verónica Paiva, em representação da bancada do Partido Socialista.” _____

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** referiu que a Bancada dos Cidadãos por Alcanena se associava à proposta de Voto de Pesar. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Eduardo Salgueiro Rodrigues, seguido de um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ Mais, foi deliberado endereçar à família enlutada as mais sentidas condolências. _____ .

_____ **f) Votação, por ordem de chegada, de propostas de deliberação referidas na alínea e)**

_____ Não houve intervenções relacionados com o presente assunto. _____

ORDEM DO DIA

_____ **Pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia.** _____

_____ **PONTO 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento).** _____

_____ Presente, para conhecimento, a Informação número 14700, datada de dezassete de junho de dois mil e vinte e seis, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município, no período decorrido desde a data da anterior Sessão da Assembleia Municipal até à corrente Sessão da Assembleia Municipal e respetiva Situação Financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso, com indicação da fase processual em que se encontram. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** fez o enquadramento da informação.

_____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** referiu que, na informação disponibilizada relativamente aos processos judiciais, lhe suscitou particular atenção um processo relacionado com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), no qual consta a aplicação de uma coima por alegada violação da obrigação de envio dos tarifários de serviço à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Questionou se existia informação adicional sobre o processo, para além da que constava da documentação, designadamente quanto à defesa que se encontrava em preparação. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu que a situação resultou de uma falha dos serviços, que não procederam ao envio dos tarifários dentro do prazo estabelecido. Informou, contudo, que a situação já foi regularizada, tendo os tarifários sido submetidos à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e tendo sido apresentada a respetiva resposta jurídica, na sexta-feira anterior. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
22 de junho de 2026

em curso. _____

PONTO 2 - Ata número três/dois mil e vinte e seis, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Ata número três/dois mil e vinte e seis, da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade, com 18 votos a favor:** Aprovada a Ata número três/dois mil e vinte e seis, da Sessão de Ordinária, realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **Não participaram na deliberação da ata** os Senhores Deputados Nuno Marques, António Duque, João Pinto, Carolina Cláudio, Henrique Major, Maria de Lurdes Toscano, Miguel Nobre e Marisa Silva, por não terem estado presentes na sessão, nos termos do número três do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual. _____

PONTO 3 - Prestação de Contas Consolidadas - Ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 14653. (Para deliberação) _____

_____ Presentes os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de dois mil e vinte e cinco, do Município de Alcanena, remetidos pela Câmara Municipal. _____

_____ De acordo com o artigo septuagésimo quinto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, devem ser incluídos no perímetro de consolidação de contas as entidades em que o Município possua a maioria do capital social e/ou detenha poder de controlo sobre a mesma. _____

_____ O Município de Alcanena consolida com a Associação CCVA – Centro Ciência Viva do Alviela, com a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, e com a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de dois mil e vinte e cinco, do Município de Alcanena, foram presentes à Reunião de Câmara, realizada em vinte e dois do corrente mês de junho. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** fez um breve enquadramento do proposto a deliberação. _____

_____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** iniciou a sua intervenção referindo que a Bancada do Partido Socialista tencionava abster-se na votação da Prestação de Contas, por se tratar de documentos referentes a um exercício durante o qual os seus membros não se encontravam em funções. Acrescentou que, por esse motivo, não dispõem de um conhecimento suficientemente aprofundado sobre a gestão e a execução do período em causa que lhes permita assumir uma posição favorável ou desfavorável relativamente aos documentos apresentados. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com quinze votos a favor e onze abstenções:**





Aprovados os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas - ano dois mil e vinte e cinco, com a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima e a Associação CCVA – Centro Ciência Viva do Alviela, ao abrigo do artigo septuagésimo quinto da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ **Votaram a favor** os Senhores Deputados, Alexandre Coutinho, Nuno Marques, António Duque, Maria Judite Carvalho, João Pinto, João Calçada, Edite Louro, Carolina Cláudio, Maria de Lurdes Toscano, Miguel Nobre, João Castanheira, Marisa Silva, Eurico Justo, António Silva, e António Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Abstiveram-se** os Senhores Deputados Verónica Paiva, Bruno Enes, Maria de Lurdes Santos, Frederico da Fonseca, Marisa Salgueiro, Luís Cândido, Filipe Bastos, Raquel Costa, Henrique Major, Andreia Graça, Fernando Ferreira. _____

PONTO 4 - Terceira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 14536. (Para deliberação)

_____ Presente a Informação número 14536, datada de dezasseis de junho de dois mil e vinte e seis, na qual se propõe a aprovação a terceira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ A presente revisão contempla, no Orçamento da Receita, a inscrição do montante de 150.000,00€, (cento e cinquenta mil euros) na rubrica orçamental 06.03.07.99.12 - PRR - Start Up Alcanena Green Lab – Vale Incubadoras, relativo à candidatura aprovada, e ainda a anulação do valor de 1.704.312,86€ (um milhão, setecentos e quatro mil, trezentos e doze euros e oitenta e seis cêntimos) no ano de 2026, na rubrica orçamental 10.03.08.15 a 10.03.08.29 - Habitação a Custos Acessíveis, relativo a redução de verbas no que diz respeito à Habitação, considerando o ajuste no valor de financiamento de 9 operações cuja empreitada ficou deserta, tendo o valor global de financiamento aumentado, sendo o mesmo repartido pelos anos de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito.

_____ No Orçamento da Despesa, através do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, procede-se ao reforço do projeto/ação 03.331.2025/110-5 - Conversão/Reabilitação de Estradas, Caminhos e Arruamentos, valor de 345.886,32€ (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis euros e trinta e dois cêntimos), para fazer face a obras de conservação/reabilitação da rede viária do Concelho, e ainda à anulação do projeto/ação 02.241.2025/54 (Ações um a oitenta e nove) - Habitação a Custos Acessíveis – Protocolo CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, do valor de 2.167.787,10€ (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete euros e dez cêntimos) no ano de dois mil e vinte e seis, relativo ao ajuste plurianual de verbas no que diz respeito à Habitação, uma vez que a empreitada, que engloba nove operações e cujos concursos ficaram desertos, será lançada, tendo repartição de encargos entre dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e oito e estando previsto um prazo de execução de dezoito meses. _____



_____ Em termos globais, a Revisão Orçamental proposta representa uma anulação dos valores globais em 1.554.312,86€ (um milhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e doze euros e oitenta e seis cêntimos), quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa. _____

_____ A Câmara Municipal de Alcanena, na sua reunião realizada em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, aprovou, por unanimidade, a terceira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ Deliberou, também, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções:**
Aprovada a terceira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e seis, nos termos do disposto na alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **Votaram a favor** os Senhores Deputados Verónica Paiva, Alexandre Coutinho, Bruno Enes, Nuno Marques, Maria de Lurdes Santos, António Duque, Maria Judite Carvalho, Marisa Salgueiro, Luís Cândido, João Calçada, Edite Louro, Filipe Bastos, Carolina Cláudio, Henrique Major, Maria de Lurdes Toscano, João Pinto, Miguel Nobre, João Castanheira, Marisa Silva, Andreia Graça, Eurico Justo, António Silva, Fernando Ferreira e António Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Abstiveram-se** o Senhores Deputados Frederico da Fonseca e Raquel Costa. _____

_____ **PONTO 5 - Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas do Município de Alcanena**
- Ano de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete. Documento referência 14208. (Para deliberação) _____

_____ Foi presente à Assembleia Municipal a proposta aprovada pela Câmara Municipal relativa à nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município, nos termos do disposto nos artigos septuagésimo sexto e septuagésimo sétimo da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual. _____

_____ Foi referido que os documentos de prestação de contas do Município devem ser submetidos à apreciação do órgão deliberativo acompanhados da certificação legal das contas e do respetivo parecer emitido por revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, cabendo à Assembleia Municipal proceder à nomeação do auditor externo, sob proposta da Câmara Municipal. _____

_____ Foi ainda dado conhecimento de que a sociedade de revisores oficiais de contas "AMADO & GOMES, SROC, Limitada" exerceu as funções de auditor externo do Município nos exercícios de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, na sequência da nomeação efetuada pela Assembleia Municipal em dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro. _____

_____ Considerando a necessidade de assegurar a certificação legal das contas municipais relativas aos exercícios de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, e tendo a referida sociedade



manifestado disponibilidade para continuar a prestar aqueles serviços, a Câmara Municipal deliberou propor à Assembleia Municipal a sua nomeação para os referidos exercícios. _____

_____ Foi igualmente esclarecido que a nomeação do auditor externo não dispensa a realização dos procedimentos de contratação pública legalmente exigíveis para a aquisição dos respetivos serviços.

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Nomeada a sociedade de revisores oficiais de contas “AMADO & GOMES, SROC, Limitada”, NIPC 516 151 584, como auditor externo do Município de Alcanena, responsável pela certificação legal das contas municipais relativas aos exercícios de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, nos termos do disposto no número um do artigo septuagésimo sétimo da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ Tomou-se ainda conhecimento de que a aquisição dos respetivos serviços fica sujeita à realização dos procedimentos de contratação pública legalmente exigíveis. _____

PONTO 6 - Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias – Ano de dois mil e vinte e sete. Documento referência 14663. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta referência 14663, datada de dezassete de junho de dois mil e vinte e seis, enviada pela Câmara Municipal, aprovada na reunião de vinte e dois de junho corrente, solicitando que a Assembleia Municipal aprove, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, nomeadamente: _____

_____ g) A utilização e ocupação da via pública; _____

_____ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; _____

_____ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; _____

_____ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; _____

_____ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; _____

_____ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; _____

_____ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. _____

_____ Que aprove, também, manter a Transferência, para as Juntas de Freguesia e de União de Freguesias, das seguintes competências previstas no número um do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, e respetivos recursos financeiros previstos no artigo nono do mesmo diploma legal: _____

_____ a) A gestão e manutenção de espaços verdes; _____



- _____ b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; _____
- _____ c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; _____
- _____ d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (com exceção da feira e mercado municipal de Alcanena); _____
- _____ e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; _____
- _____ f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. _____

_____ Que aprove, ainda, fixar o valor das Transferências para o ano de dois mil e vinte e sete, no montante global de 632.064,00€ (seiscentos e trinta e dois mil e sessenta e quatro euros) e com os seguintes valores globais, por Freguesia: _____

- _____ - Bugalhos: 72.994,00€ (setenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro euros). _____
- _____ - Minde: 111.815,00€ (cento e onze mil, oitocentos e quinze euros). _____
- _____ - Moitas Venda: 44.136,00€ (quarenta e quatro mil, cento e trinta e seis euros). _____
- _____ - Monsanto: 75.875,00€ (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco euros). _____
- _____ - Serra de Santo António: 63.481,00€ (sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros). _____
- _____ - União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira: 108.518,00€ (cento e oito mil, quinhentos e dezoito euros). _____
- _____ - União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro: 155.245,00€ (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco euros). _____

_____ A repartição do valor das transferências, por área de intervenção e por Freguesia/União de Freguesias é a seguinte: _____

Junta	Espaços Verdes	Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e	Mobiliário Urbano	Estabelecimentos Educação (Edifícios)	Estabelecimentos Educação (Área Envolvente)	Valor Total a atribuir
	a)	b)	c)	e)	f)	
União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA	28 934 €	58 504 €	14 185 €	2 758 €	4 137 €	108 518 €
BUGALHOS	24 025 €	35 083 €	11 588 €	919 €	1 379 €	72 994 €
União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO	47 477 €	76 494 €	24 378 €	2 758 €	4 137 €	155 245 €
MINDE	27 551 €	51 303 €	9 977 €	9 194 €	13 790 €	111 815 €
MOITAS VENDA	12 211 €	24 093 €	5 534 €	919 €	1 379 €	44 136 €
MONSANTO	24 895 €	34 596 €	14 086 €	919 €	1 379 €	75 875 €
SERRA DE SANTO ANTÓNIO	15 079 €	30 573 €	10 934 €	2 758 €	4 137 €	63 481 €
Total (€)	180 172 €	310 646 €	90 682 €	20 225 €	30 339 €	632 064 €

_____ Que aprove, também, as Minutas dos Autos de Transferência das Competências do Município para os Órgãos das Freguesias, no âmbito do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, conjugado com a Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de



agosto. _____

Deliberação, tomada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção:

Aprovadas, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, nomeadamente: _____

_____ g) A utilização e ocupação da via pública; _____

_____ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; _____

_____ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; _____

_____ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; _____

_____ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; _____

_____ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; _____

_____ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. _____

_____ Deliberou, também, manter a Transferência, para as Juntas de Freguesia e de União de Freguesias, das seguintes competências previstas no número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, e respetivos recursos financeiros previstos no artigo nono do mesmo diploma legal: _____

_____ g) A utilização e ocupação da via pública; _____

_____ h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; _____

_____ i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; _____

_____ j) A autorização da colocação de recintos improvisados; _____

_____ k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; _____

_____ l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; _____

_____ m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. _____

_____ Deliberou, ainda, fixar o valor das Transferências para o ano de dois mil e vinte e sete, no



montante global de 632.064,00€ (seiscentos e trinta e dois mil e sessenta e quatro euros) e com os seguintes valores globais, por Freguesia: _____

_____ - Bugalhos: 72.994,00€ (setenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro euros). _____

_____ - Minde: 111.815,00€ (cento e onze mil, oitocentos e quinze euros). _____

_____ - Moitas Venda: 44.136,00€ (quarenta e quatro mil, cento e trinta e seis euros). _____

_____ - Monsanto: 75.875,00€ (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco euros). _____

_____ - Serra de Santo António: 63.481,00€ (sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros). _____

_____ - União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira: 108.518,00€ (cento e oito mil, quinhentos e dezoito euros). _____

_____ - União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro: 155.245,00€ (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco euros). _____

_____ A repartição do valor das transferências, por área de intervenção e por Freguesia/União de Freguesias é a seguinte: _____

Junta	Espaços Verdes	Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e	Mobiliário Urbano	Estabelecimentos Educação (Edifícios)	Estabelecimentos Educação (Área Envolvente)	Valor Total a atribuir
	a)	b)	c)	e)	f)	
União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA	28 934 €	58 504 €	14 185 €	2 758 €	4 137 €	108 518 €
BUGALHOS	24 025 €	35 083 €	11 588 €	919 €	1 379 €	72 994 €
União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO	47 477 €	76 494 €	24 378 €	2 758 €	4 137 €	155 245 €
MINDE	27 551 €	51 303 €	9 977 €	9 194 €	13 790 €	111 815 €
MOITAS VENDA	12 211 €	24 093 €	5 534 €	919 €	1 379 €	44 136 €
MONSANTO	24 895 €	34 596 €	14 086 €	919 €	1 379 €	75 875 €
SERRA DE SANTO ANTÓNIO	15 079 €	30 573 €	10 934 €	2 758 €	4 137 €	63 481 €
Total (€)	180 172 €	310 646 €	90 682 €	20 225 €	30 339 €	632 064 €

_____ Mais, deliberou aprovar as Minutas dos Autos de Transferência das Competências do Município para os Órgãos das Freguesias, no âmbito do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, conjugado com a Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. _____

_____ **Votaram a favor**, os Senhores Deputados Verónica Paiva, Alexandre Coutinho, Bruno Enes, Nuno Marques, Maria de Lurdes Quaresma Santos, João Pinto, António Duque, Maria Judite Carvalho, Marisa Salgueiro, Luís Cândido, João Calçada, Edite Louro, Filipe Bastos, Raquel Costa, Carolina Cláudio, Henrique Major, Maria de Lurdes Toscano, Miguel Nobre, João Castanheira, Marisa Silva, Andreia Graça, Eurico Justo, António Silva, Fernando Ferreira e António Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Absteve-se** o Senhor Deputado Frederico da Fonseca. _____

PONTO 7 - Relatórios de avaliação final de 2025 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de dois mil e nove - período de um de janeiro de dois mil e vinte e



cinco a trinta de abril de dois mil e vinte e cinco³ e um de maio de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documentos referência 10849 e 10855. (Para deliberação)

____ Presentes os Relatórios de Avaliação Final de dois mil e vinte e cinco do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas de dois mil e nove, referentes aos períodos de um de janeiro de dois mil e vinte e cinco a trinta de abril de dois mil e vinte e cinco e de um de maio de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, elaborados em cumprimento do disposto na alínea b) do número quatro do artigo sexto do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e nove-E/dois mil e vinte e um, de nove de dezembro, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia Municipal que aprove os mesmos. ____

____ Os relatórios sistematizam a execução das medidas preventivas e corretivas previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado em dois mil e nove, em vigor até trinta de abril de dois mil e vinte e cinco bem como no Plano revisto aprovado em vinte e um de abril de dois mil e vinte e cinco, quantificando o grau de implementação das medidas identificadas e definindo, quando aplicável, a calendarização da sua plena concretização. ____

____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovados os Relatórios de Avaliação Final de dois mil e vinte e cinco do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas de dois mil e nove, referentes aos períodos de um de janeiro de dois mil e vinte e cinco a trinta de abril de dois mil e vinte e cinco e de um de maio de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, do Município de Alcanena, nos termos do disposto na alínea b) do número quatro do artigo sexto do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e nove-E/dois mil e vinte e um, de nove de dezembro. ____

PONTO 8 - Pedido de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 329,87m², sita na Rua Sacadura Cabral, número 271, Casais da Moreta, Freguesia de Monsanto, Concelho de Alcanena – Processo de obras número 03/2026/24/0. Documento referência 12238. (Para deliberação)

____ Foi presente, para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, a Informação referência 12238, relativa ao processo SPO número 03/2026/24/0, relativa à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno correspondente a antigo caminho público, sita em Casais da Moreta, na freguesia de Monsanto. ____

____ O pedido foi apresentado no âmbito de processo destinado à regularização de edificações existentes e à integração da referida parcela no prédio confinante pertencente à requerente, encontrando-se o processo devidamente instruído com os elementos técnicos necessários. ____

____ De acordo com a informação técnica emitida pelos serviços municipais, verifica-se que a desafetação pretendida não compromete a acessibilidade ou mobilidade aos terrenos agrícolas



envolventes, existindo alternativa de acesso, não se vislumbrando inconveniente na desafetação da parcela identificada, com a área de 329,87 m². _____

_____ Mais se verifica que a parcela em causa confronta maioritariamente com prédio pertencente à requerente, pretendendo esta proceder à respetiva aquisição para anexação ao prédio misto confinante de que é proprietária. _____

_____ Nos termos da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, sob proposta da Câmara Municipal. _____

_____ Nos termos da alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, sob proposta da Câmara Municipal. _____

_____ A Câmara Municipal, deliberou, na sua reunião realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, apresentar proposta ao Órgão Deliberativo, para desafetação do domínio público e respetiva integração no domínio privado do Município de Alcanena de uma parcela de terreno com a área de 329.87m², confinante a Nascente e a Norte com Susana Eugénia Ventura de Sousa (prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo dezoito Secção J e prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 96, ambos da freguesia de Monsanto, concelho de Alcanena), a sul com Rua Sacadura Cabral e João Miguel de Sousa Coito e Marques Monteiro, a poente com João Miguel de Sousa Coito e Marques Monteiro, identificada no levantamento topográfico anexo à proposta referência 12238, denominada por parcela B. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, e, nos termos da alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto, ambos da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, foi autorizada a desafetação do domínio público e respetiva integração no domínio privado do Município de Alcanena de uma parcela de terreno com a área de 329.87m², confinante a Nascente e a Norte com Susana Eugénia Ventura de Sousa (prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo dezoito Secção J e prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 96, ambos da freguesia de Monsanto, concelho de Alcanena), a sul com Rua Sacadura Cabral e João Miguel de Sousa Coito e Marques Monteiro, a poente com João Miguel de Sousa Coito e Marques Monteiro, identificada no levantamento topográfico anexo à proposta referência 12238, denominada por parcela B. _____

PONTO 9 - Relatório anual da atividade da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena de dois mil e vinte e cinco, e Plano de Ação para dois mil e vinte e seis. (Para conhecimento) _____

_____ Presente o Ofício número vinte e oito, datado de dois de junho de dois mil e vinte e seis, enviado pela CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena, remetendo, para



conhecimento, os Documentos do Relatório Anual da Atividade da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco e Plano de Ação para o Ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório Anual da Atividade da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco e Plano de Ação para o Ano de dois mil e vinte e seis. _____

PONTO 10 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de abril de dois mil e vinte e seis a trinta e um de maio de dois mil e vinte e seis. Documento referência 13794. (Para conhecimento)

_____ Presente a Informação referência 13794, datada de oito de junho de dois mil e vinte e seis, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a Listagem acima referida, em cumprimento da Proposta aprovada por esta Assembleia Municipal, na sessão de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, aquando da emissão da Autorização Prévia Genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de abril de dois mil e vinte e seis a trinta e um de maio de dois mil e vinte e seis – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia, pelas vinte e duas horas e oito minutos,** declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos.

_____ **A Senhora Aldina Marques** interveio a criticar a situação do ginásio da Rua Dr. Manuel de Arriaga, referindo que os treze lugares de estacionamento adquiridos são insuficientes e que os contentores de lixo públicos estão constantemente cheios devido ao lixo do estabelecimento, sendo também insuficientes. _____

_____ Expressou grande preocupação com a falta de limpeza das valetas e de um ribeiro que vem de Vila Moreira, cheio de canas da Índia, prevendo que a água sairá do leito. Criticou a inação da câmara apesar de ter enviado “centenas” de fotografias. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** considerou muito importante a existência de munícipes atentos e participativos, salientando que a participação cívica constitui um fator de valorização da comunidade. Lamentou, contudo, que ainda existam poucos hábitos de participação por parte dos cidadãos, dando como exemplo a reduzida participação verificada no âmbito da discussão dos PARU – Planos de Ação de Regeneração Urbana, apesar de se tratar de matérias que, no seu entendimento, justificariam um maior envolvimento das comunidades. Nesse contexto, felicitou a Senhora Aldina Marques pela sua participação e intervenção cívica. _____



_____Relativamente à questão do Ginásio, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, naquele momento, já havia prestado os esclarecimentos que considerava necessários sobre a matéria. _____

_____No que respeita à limpeza das bermas e valetas, informou que esta intervenção se encontra integrada numa empreitada que está em curso desde o início do mês de março, a qual, pontualmente, tem de ser interrompida devido às condições meteorológicas que não permitem a realização dos trabalhos em segurança. Explicou que existe também uma necessidade de adequar o período de execução dos trabalhos, uma vez que, se a limpeza for realizada demasiado cedo, a vegetação poderá voltar a crescer antes do período de verão. _____

_____Considerou que a empreitada está a decorrer de forma bastante satisfatória, tendo sido dada prioridade a algumas vias, designadamente às utilizadas pelos peregrinos durante o mês de maio. Reconheceu, contudo, que não é possível proceder à intervenção simultânea em todas as vias, estando prevista a conclusão da empreitada, entretanto. _____

_____Acrescentou que existem dias em que o empreiteiro está legalmente impedido de realizar determinados trabalhos, em virtude das condições meteorológicas e do conseqüente risco de incêndio rural. _____

_____Relativamente às linhas de água, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou tratar-se de uma matéria que constitui uma preocupação do Município, esclarecendo, contudo, que nem sempre partilha da perspetiva de que as linhas de água devam ser integralmente desprovidas de vegetação. _____

_____Explicou que a presença de vegetação nas linhas de água é importante, nomeadamente porque contribui para a criação de microbacias de retenção e para a redução do efeito torrencial durante períodos de elevada pluviosidade. Sublinhou que aquilo que considera particularmente preocupante é a existência de lixo nas linhas de água, e não a presença de vegetação, que desempenha uma função relevante na gestão dos recursos hídricos e na prevenção dos efeitos das chuvas intensas. _____

_____A este propósito, destacou o Projeto Couros, que classificou como uma intervenção de referência no concelho de Alcanena, referindo que o próprio Senhor Secretário de Estado do Ambiente o considerou uma obra exemplar de renaturalização. Explicou que esta abordagem está igualmente subjacente à estratégia do Município para o ribeiro do Carvalho, desde a nascente até à foz, encontrando-se em desenvolvimento um conjunto de projetos nesse âmbito. Salientou, contudo, que a principal intervenção do Projeto Couros já se encontra em execução. _____

_____No que respeita à limpeza dos rios, esclareceu que, dentro da malha urbana, essa responsabilidade cabe à AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquanto, fora da malha urbana, compete aos proprietários dos prédios confinantes com as linhas de água. Reconheceu, contudo, que, na prática, existem situações em que o elevado número de proprietários confinantes dificulta a identificação do responsável pela realização das intervenções necessárias. _____

_____A **Senhora Aldina Marques** interveio para acrescentar uma questão relacionada com os



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO ORDINÁRIA
22 de junho de 2026

horários de trabalho dos trabalhadores do Município e da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, considerando que estes deveriam iniciar a sua jornada mais cedo, de forma a evitar a realização de trabalhos durante os períodos de maior calor, designadamente perante temperaturas superiores a trinta e nove graus. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** concordou com a pertinência da questão, informando que o Município já tem adotado essa medida relativamente aos seus trabalhadores, procedendo à antecipação dos horários de trabalho sempre que as condições meteorológicas o justificam. _____

_____ **Pelas vinte e duas horas e vinte e três minutos**, foi encerrada a Sessão, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar o teor da presente Ata, em Minuta, a qual foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a mesma vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, _____

_____ A Primeira Secretária, _____

_____ A Segunda Secretária, _____

